

Senhor Presidente em Exercício da Câmara Municipal da Serra,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 72, III da Lei Orgânica do Município da Serra, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade, o Autógrafo de Lei nº 6.254 de 10 de dezembro de 2025, cuja ementa é a seguinte: “Acrescenta o inciso V ao Art. 3º da Lei Municipal nº 1.788 de agosto de 1994 (Assembleia Municipal do Orçamento “Luíza Dias Barbosa”)”.

Conforme se extrai do PARECER DIVERGENTE Nº 017/2026, “Com as devidas vênias ao entendimento expendido no parecer opinativo, impõe-se a divergência quanto aos seus fundamentos e à conclusão adotada.

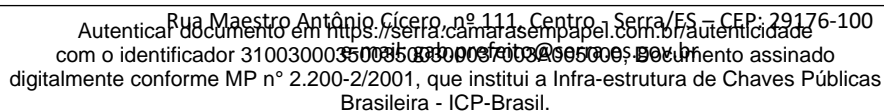
A Assembleia Municipal do Orçamento foi instituída como instância específica de participação popular, com finalidade delimitada à democratização da discussão orçamentária municipal, restringindo-se à atuação no âmbito do planejamento, acompanhamento e fiscalização dos instrumentos orçamentários do Município, conforme expressamente previsto no art. 2º da Lei Municipal nº 1.788/1994:

Art. 2º A Assembleia Municipal do Orçamento - AMO, é a instância de participação popular na discussão, elaboração, acompanhamento e fiscalização do Orçamento Municipal, Plano Plurianual de Investimentos e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Trata-se, portanto, de mecanismo de controle social do orçamento, cujas competências se restringem ao debate, à deliberação e à apresentação de propostas relacionadas à alocação de recursos públicos, não abarcando, por conseguinte, a formulação ou deliberação acerca de políticas públicas finalísticas, as quais possuem sede constitucional e legal própria, notadamente no âmbito do Poder Executivo.

A ampliação das atribuições da AMO para abarcar deliberações sobre políticas públicas específicas ultrapassa sua finalidade institucional e afronta o princípio da separação de poderes, consagrado no art. 2º da Constituição Federal, uma vez que definição, condução e implementação de políticas públicas constituem atividades típicas do Poder Executivo, que detém competência técnica, administrativa e política para tanto.

Ao atribuir a órgão de participação popular, desprovido de inserção na estrutura administrativa, competência para deliberar sobre políticas finalísticas, o diploma legislativo cria instância paralela de tomada de decisão administrativa, subordina a atuação do Executivo a





PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

Processo nº: 116813/2025.

Procedência: Gabinete do Prefeito.

PARECER DIVERGENTE Nº 017/2026

Ao Gabinete do Prefeito,

Os autos vieram a esta Procuradoria para análise e manifestação jurídica em face do Autógrafo de Lei nº 6.254/2025 de autoria do vereador Jefferson Fernandes Silva, cuja ementa é a seguinte: “ACRESCENTA O INCISO V AO ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.788 DE AGOSTO DE 1994 (ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ORÇAMENTO “LUÍZA DIAS BARBOSA”).”.

Às fls. 36/34, parecer nº 664/2025, de lavra do Ilmo. Procurador Municipal, Dr. Bernardo de Souza Musso Ribeiro, que opinou pela constitucionalidade da proposta, sob o fundamento de que “a Assembleia Municipal do Orçamento Luiza Dias Barbosa não conta com delegados ou representantes e não possui qualquer vínculo com os órgãos do poder executivo”.

Este é o breve relato dos fatos.

Com as devidas vênias ao entendimento expendido no parecer opinativo, impõe-se a divergência quanto aos seus fundamentos e à conclusão adotada.

A Assembleia Municipal do Orçamento foi instituída como instância específica de participação popular, com finalidade delimitada à democratização da discussão orçamentária municipal, restringindo-se à atuação no âmbito do planejamento, acompanhamento e fiscalização dos instrumentos orçamentários do Município, conforme expressamente previsto no art. 2º da Lei Municipal nº 1.788/1994:



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100300035003500300037003A005000, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.





PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

Art. 2º A Assembléia Municipal do Orçamento - AMO, é a instância de participação popular na discussão, elaboração, acompanhamento e fiscalização do Orçamento Municipal, Plano Plurianual de Investimentos e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Trata-se, portanto, de mecanismo de controle social do orçamento, cujas competências se restringem ao debate, à deliberação e à apresentação de propostas relacionadas à alocação de recursos públicos, não abarcando, por conseguinte, a formulação ou deliberação acerca de políticas públicas finalísticas, as quais possuem sede constitucional e legal própria, notadamente no âmbito do Poder Executivo.

A ampliação das atribuições da AMO para abarcar deliberações sobre políticas públicas específicas ultrapassa sua finalidade institucional e afronta o princípio da separação de poderes, consagrado no art. 2º da Constituição Federal, uma vez que definição, condução e implementação de políticas públicas constituem atividades típicas do Poder Executivo, que detém competência técnica, administrativa e política para tanto.

Ao atribuir a órgão de participação popular, desprovido de inserção na estrutura administrativa, competência para deliberar sobre políticas finalísticas, o diploma legislativo cria instância paralela de tomada de decisão administrativa, subordina a atuação do Executivo a deliberações sem respaldo constitucional e promove indevida transferência de funções típicas de governo.

Diante disso, conclui-se que a inclusão de atribuições relativas a políticas públicas finalísticas, notadamente no âmbito do bem-estar animal, no rol de competências da Assembleia Municipal do Orçamento não encontra amparo legal ou constitucional, porquanto tal ampliação viola o princípio da separação de poderes, desvirtua a finalidade institucional da assembleia e institui instância inadequada para deliberação sobre matérias que devem ser tratadas nos espaços próprios de formulação e execução de políticas públicas.





PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

Nessa perspectiva, o Autógrafo de Lei incorre em violação ao princípio da separação de poderes (art. 2º da CF), razão pela qual padece de inconstitucionalidade formal.

CONCLUSÃO

Ante o exposto divergimos do parecer nº 664/2025 e concluímos pela possibilidade de **veto ao Autógrafo de Lei nº 6.254/2025**, vez que padece de inconstitucionalidade formal em razão do vício de iniciativa, na forma do artigo 72, III da Lei Orgânica do Município da Serra.

Serra/ES, 14 de janeiro de 2026.

ALESSANDRA
COSTA FERREIRA
NUNES:0541547275
4

Assinado de forma digital por
ALESSANDRA COSTA
FERREIRA
NUNES:05415472754
Dados: 2026.01.14 16:58:30
-03'00'

ALESSANDRA COSTA FERREIRA NUNES

Procuradora-Geral do Município

OAB/ES Nº 11.483



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100300035003500300037003A005000, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.

